O ISEB COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE INTELECTUAL E CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL (1955–1964)

Bruna Fernanda Marcelina de Souza (PIC/UEM), Neilaine Ramos Rocha de Lima (Orientadora).

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: História / História do Brasil.

Palavras-chave: História das Ideias; Contextualismo linguístico; Capitalismo Periférico.

RESUMO

Este estudo analisa o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como espaço de sociabilidade intelectual e construção do pensamento nacional-desenvolvimentista entre 1955 e 1964. O objetivo foi compreender como redes de pesquisadores formularam projetos de modernização do país. Utilizou-se o método da História das Ideias de Quentin Skinner e a sociologia dos intelectuais, analisando a revista *Cadernos do Nosso Tempo* e obras de autores como Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos e Ignácio Rangel. A pesquisa, de cunho bibliográfico e documental, revela que o ISEB funcionou como uma arena polifônica de debates, marcada por divergências entre correntes tecnocrático-reformistas e nacional-populares. Os resultados indicam que o Instituto produziu categorias analíticas originais, como a "Dualidade Básica" de Rangel e a "Redução Sociológica" de Ramos, fundamentais para a formulação de um projeto de desenvolvimento autônomo. Conclui-se que o ISEB foi crucial para criar uma nova linguagem política sobre soberania, embora suas limitações tenham sido evidenciadas pelo golpe de 1964. O legado intelectual da instituição permanece como referência central para a historiografia brasileira sobre os desafios da modernização e o papel do Estado.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimentismo brasileiro é frequentemente reduzido a uma estratégia econômica, quando constituiu um denso campo de disputas ideológicas e conceituais (BIELSCHOWSKY, 1988). O ISEB, criado em 1955, destacou-se como órgão de formulação desse ideário. Para analisar o ISEB, a pesquisa adotou o contextualismo linguístico de Quentin Skinner (1996), apreendendo as obras isebianas não como abstrações, mas como intervenções intencionais situadas em conjunturas históricas específicas. O objetivo foi analisar o ISEB como espaço de sociabilidade, mapeando suas redes, divergências internas e contribuições para o pensamento político e social brasileiro entre 1955 e 1964.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa bibliográfica e documental baseou-se na análise da coleção da revista Cadernos do Nosso Tempo (1953–1956) e obras fundamentais dos intelectuais do ISEB. O método consistiu em levantamento, fichamento e leitura crítica fundamentada pela abordagem de Skinner (1996), que articula o texto à sua matriz ideológica. A investigação também se pautou na historiografia crítica de Carlos Guilherme Mota (1980) para mapear o engajamento dos quadros intelectuais e as tensões no interior do Instituto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa desfez a visão do ISEB como bloco doutrinário homogêneo. Identificaram-se tensões entre a vertente tecnocrática, liderada por Hélio Jaguaribe, que propunha um "nacionalismo de fins", e a vertente nacional-popular, representada por Álvaro Vieira Pinto (1956), que defendia a superação da "consciência alienada" através da mobilização de massas. A originalidade das contribuições ficou evidente na tese de Ignácio Rangel (2005) sobre a "Dualidade Básica" da economia brasileira, que explicou a inflação como mecanismo orgânico de defesa periférica, contrapondo-se ao monetarismo liberal, bem como na formulação da "Redução Sociológica" por Alberto Guerreiro Ramos (1952). Sob a ótica da historiografia crítica de Carlos Guilherme Mota (1980), contudo, apontam-se os limites históricos do projeto: a aposta na "burguesia nacional" revelou-se insuficiente diante da radicalização política que culminou em 1964, momento em que as elites industriais optaram pela associação ao capital estrangeiro e ao autoritarismo.

CONCLUSÕES

O ISEB constituiu uma das experiências mais densas e significativas do pensamento social brasileiro, atuando como um espaço de sociabilidade ímpar que converteu cursos, seminários e debates coletivos em intervenções políticas de alto impacto. Ao produzir categorias analíticas autênticas e enraizadas na realidade nacional, o Instituto superou a simples repetição de teorias estrangeiras, oferecendo uma interpretação própria sobre as contradições do capitalismo periférico. A trajetória do grupo demonstra que a construção de um projeto nacional de desenvolvimento exige, além da técnica, a capacidade de diagnosticar as tensões estruturais da sociedade, como a dualidade entre o arcaico e o moderno e a dependência cultural.

Embora o golpe civil-militar de 1964 tenha determinado o fechamento institucional do ISEB e evidenciado os limites históricos de sua aposta em uma burguesia nacional como agente revolucionário, o valor de seu legado permanece indiscutível. As reflexões ali gestadas não foram silenciadas pela repressão; pelo contrário,

forneceram as bases fundamentais para as reavaliações críticas e para a consolidação das teorias da dependência nos anos que se seguiram. Assim, os diagnósticos e os debates inaugurados pelos isebianos sobre o papel indutor do Estado, a busca pela soberania, o combate à alienação cultural e os desafios do desenvolvimento autônomo continuam sendo referências indispensáveis para a historiografia brasileira contemporânea, mantendo viva a necessidade de refletir sobre os caminhos e as possibilidades de construção de um projeto nacional inclusivo e soberano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha professora orientadora, Profa. Dra. Neilaine Ramos Rocha de Lima, agora também orientadora do meu mestrado, com quem tenho o imenso prazer de aprender diariamente.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Ipea, 1988.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira: 1933–1974**. São Paulo: Ática, 1980.

PINTO, A. V. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1956.

RAMOS, A. G. **A sociologia industrial: formação, tendências atuais**. Rio de Janeiro: Mendes Junior, 1952.

RANGEL, I**. Obras reunidas**. Brasília: BNDES, 2005.

SKINNER, Q**. As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.